



RESENHA

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia:** da soberania difusa à soberania restrita. Belém: EDUFPA, 2006, 417 p. ISBN 85-247-0337-7

Alberto Teixeira da Silva - Universidade Federal do Pará. Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela UNICAMP, Professor Associado II do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém (PA). E-mail: alberts@ufpa.br

Paulo Roberto de Sena Júnior - Secretaria de Educação do Estado do Pará. Mestre em Ciência Política pela UFPA, Professor da Secretaria de Educação do Estado do Pará, Belém (PA). E-mail: paulosena_1986@hotmail.com

O período pós-guerra fria reacendeu os debates da geopolítica mundial em torno dos grandes temas da governança e das assimetrias de poder. A soberania dos Estados está sendo redefinida com a emergência de novos atores e forças que forjam agendas multifacetadas. A rigor, no último quartel do século XX, a questão ambiental ganhou *status* científico e político como uma das dimensões fundamentais da globalização, não por acaso se fala na mundialização da questão ambiental.

No limiar do século XXI, a Amazônia como fronteira periférica do capitalismo contemporâneo, tornou-se um espaço territorial estratégico, pelos estoques de biodiversidade, abundância de recursos hídricos e serviços climáticos indispensáveis para a manutenção do equilíbrio planetário, colocando em pauta questões controversas sobre soberania, defesa, segurança, presença de múltiplos *stakeholders* e, sobretudo, o desafio de conciliar crescimento econômico, justiça social e prudência ecológica – a quadradura do círculo do desenvolvimento sustentável.

A Amazônia passou a ser mais do nunca tencionada pela intensificação dos processos de transnacionalização, que tem sido objeto de várias análises através dos trabalhos de reconhecidos especialistas sobre a região, como Arthur

Cesar Ferreira Reis, Samuel Benchimol, Aderbal Meira Matos, além das análises de Bertha Becker. Neste diapasão, o livro de Nelson de Figueiredo Ribeiro “*A Questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*”, representa uma notável contribuição à compreensão do lugar da Amazônia no contexto geopolítico regional e mundial, onde se desnudam as fragilidades e oportunidades da Amazônia no atual contexto da globalização. A arquitetura e delineamento desta obra, cobrindo uma extensa e complexa narrativa histórica, desde os primórdios da colonização, passando pelas décadas que rompem o isolamento geográfico e aprofundam a integração ao Brasil no embalo do milagre econômico da década de 1970, até os fluxos de redes globais que alcançam a Amazônia na contemporaneidade.

O livro está dividido em cinco partes, com 72 capítulos distribuídos de forma orgânica e articulada. O fio condutor em que se desenvolve a análise compreende um roteiro previamente traçado de resgate histórico, combinado com um rico acervo de imagens, figuras e mapas, pela qual o autor realiza uma releitura analítica do processo de conquista da Amazônia, sua construção geopolítica e a questão da soberania à luz de diversas perspectivas disciplinares como a Antropologia, Sociologia, Ciência Política, História e Relações Internacionais.

Com efeito, num primeiro momento do livro o autor resgata a trajetória geopolítica de ocupação do território amazônico, tendo como marco a chegada do navegador espanhol Vicente Yañes Pinzón, no crepúsculo do século XVI. Ao navegar pela foz do Rio Amazonas, Pinzón depara-se com um lugar totalmente desconhecido geograficamente, tomando-o como posse da Coroa Espanhola. Dessa forma, começava um grande ciclo de acontecimentos e estratégias que dão a consistência necessária para debatermos até hoje a questão geopolítica amazônica.

Segundo Figueiredo, os questionamentos geopolíticos sobre a Amazônia tiveram nos primeiros duzentos e cinquenta anos (portanto até o Tratado de Madri, em 1750), a tentativa de tipificação do seu domínio por portugueses e espanhóis. Subsequentemente, no período posterior, a questão amazônica ganha características, de fato, internacionais, na medida em que países europeus e os Estados Unidos da América suscitam fatores importantes (principalmente de cunhos econômicos) para se inserirem nas decisões que condizem à Amazônia. O autor também retrata um aspecto determinante para a discussão de qualquer geopolítica de um país e, mais especificamente, no caso da Amazônia: a soberania. O conceito de soberania, mesmo tendo abordagem multidisciplinar, aparece multifacetado, devido aos vários interesses que regem no território amazônico, principalmente logo após a implantação dos “Grandes Projetos” na

região, na segunda metade do século XX. Jargões como “pulmão do mundo”, “internacionalização da Amazônia”, entre outros, permeiam a história deste território tão controverso.

A primeira parte da obra, denominada “A Amazônia Espanhola e a Amazônia Portuguesa: do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madri (1750)”, vai da chegada dos espanhóis pela foz do Amazonas, em fevereiro de 1500, até a assinatura do Tratado de Madri em 1750, e é dividida em três fases, pelo autor. A primeira fase é a chamada “Amazônia Espanhola”, em que a região inicialmente ficou sob a égide da Espanha, de acordo com os territórios distribuídos nos termos do Tratado de Tordesilhas (1494). A exploração do território começou com o navegador Vicente Pinzón, beneficiado com as concessões de poderes para a exploração de áreas descobertas, as chamadas “capitulações”.

Por mais que ainda não se saiba exatamente por onde começou esta trajetória, essa expedição marca uma época em que novos princípios de posse de territórios são reconhecidos, ou seja, o *utris possidetis de facto* (quem ocupa de fato a terra tem direito sobre ela), consagrado no Tratado de Madri, em 1750. Neste sentido, a Amazônia foi considerada geopoliticamente por Pinzón como propriedade da Coroa Espanhola, pois as terras descobertas estavam no meridiano oeste do Tratado de Tordesilhas.

Do capítulo VII até o XX, refere-se à transição da fase de dominação Luso-Espanhola da Amazônia, até a fase denominada de Amazônia Portuguesa, em que, por força do Tratado de Madri, em 1750, a região passou, legalmente e objetivamente, ao domínio de Portugal, situação que perdurou até a Independência do Brasil, em 1822. O autor finaliza esta parte ressaltando a importância das fortificações para a estratégia geopolítica portuguesa, que tinham o objetivo de [...] “defender o território ocupado, mas também de promover a dissuasão de quaisquer tentativas contestatórias à sua dominação”. (RIBEIRO, 2006, p. 99), não apenas dos estrangeiros, como os ingleses, franceses e holandeses, mas também para conter as rebeliões das populações indígenas.

A segunda parte do livro é intitulada “A Amazônia Brasileira”, que temporalmente vai da independência do Brasil até meados do século XX, com o término da II Guerra Mundial. Ribeiro aponta três momentos cruciais para a consolidação da geopolítica e da soberania brasileira sobre a Amazônia: o movimento da Cabanagem (1835-1840); a estratégia do Barão de Rio Branco nas questões do Amapá, Rio Branco e do Acre; e o impacto da economia da Borracha na Amazônia.

A Revolução da Cabanagem, assim designada por ser feita pelos cabanos que habitavam o meio rural (índios aculturados e seus descendentes, negros advindos da África e os descendentes de portugueses), foi concomitantemente um perigo para o Império Brasileiro à época, por representar um “motim” que assolava o país, mas, ao mesmo tempo, uma tentativa de consolidação da soberania brasileira na Amazônia, perante a ameaça da Inglaterra. Perigo este que se materializou quando o navio inglês de nome Clio foi assaltado na cidade de Salinas pela população local, em 1835, quando ali ancorou carregado de armas. Segundo o autor, a Cabanagem teve um extraordinário significado geopolítico para que a Amazônia fosse de soberania brasileira, porque assim quiseram os líderes cabanos, que se revoltaram contra o poder econômico que pressionava e sufocava o sistema produtivo e comercial na Província do Grão-Pará e Rio Negro.

É importante destacar o impacto da economia da borracha para analisarmos a estratégia geopolítica e de soberania do Estado brasileiro sobre a Amazônia. Segundo Nelson Ribeiro, a transição dos séculos XIX para o XX evidencia a ascensão de uma nova etapa para o Brasil, e para a Amazônia, em especial, reflexo de importantes mudanças nas Relações Internacionais. Entre 1889 e 1930, o ciclo da borracha alcançou seu auge e a região amazônica obteve um grande impulso econômico. A procura do produto, principalmente pelos Estados Unidos, acentuou-se nesse período, proporcionada pelos interesses da indústria automobilística.

Os Estados Unidos passaram a ser o país com maior interesse na Amazônia brasileira. Mediante a isso, Getúlio Vargas (já em 1940) chamava a necessidade de fortalecer a soberania dos países amazônicos sobre a região, para a formação de uma Pan-Amazônia, mediante os planos de valorização econômica (que tinha o significado de equacionar a superação do dramático problema da pobreza da vasta região) e de integração nacional (para proporcionar recursos que possibilitassem a construção de estradas que tornassem efetiva a integração nacional da Amazônia).

A terceira parte do livro, intitulada “A Pan-Amazônia – Uma Nova Ótica de Abordagem Geopolítica da Região”, aborda a questão geopolítica amazônica como de caráter continental, ou seja, a partir da concepção de Pan-Amazônia, principalmente logo após a II Guerra Mundial. A questão geopolítica sobre a Pan-Amazônia envolveu incursões de extrema significação para a região, como: a) a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica; b) o Projeto do Centro do Trópico Úmido; c) o Projeto do Grande Lago Amazônico e; d) o Tratado de Cooperação Amazônica. No âmbito mais interno, o autor levanta

programas de intervenção estatal na região amazônica a partir de 1946, que vão desencadear em um projeto maior: o Plano de Integração Nacional (PIN).

Uma característica concomitante a todas essas projeções seria de como nos Estados amazônicos, em especial no Brasil, políticos e acadêmicos iriam encarar o chamado processo de internacionalização da Amazônia e o automático perigo de perda de soberania sobre o território, visto que projetos como o da criação do Instituto Hiléia da Amazônia, o Projeto do Centro trópico Úmido e o Projeto Lago Amazônico envolviam, respectivamente, capital internacional para produzir um banco de dados para investidores multinacionais que estariam dispostos a alienar terras para a colonização da região, mão de obra e pessoal essencialmente europeus e estadunidenses para uma força tarefa científica e humanitária, por meio da formulação de projetos de produção de pesquisas e estudos para a extração de produtos vegetais e minerais em zonas inexploradas, que auferiam maiores índices de lucros, sem causar impactos políticos.

O próprio Tratado de Cooperação Amazônica e o Plano de Integração Nacional (PIN) brasileiro são forma de resposta a esse processo, pois representaram a concepção e formulação de um modelo institucional que compreendem um conjunto de medidas orientadas para a criação de entidades e órgãos de pesquisas, bem como a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional, e um audacioso plano geopolítico com a perspectiva de integração física a partir da construção de malhas viárias e portos interligados entre os países amazônicos, além da possibilidade de recorrer a organismos internacionais para executar estudos, programas e projetos.

A quarta parte do livro oferece uma ampla visualização do cenário emergente, com os problemas derivados da crise ecológica, cujo fórum de discussão ocorreu com a realização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo. Neste período, a Amazônia torna-se fronteira para a exploração voraz do capitalismo selvagem, patrocinada pelas políticas oficiais do governo brasileiro, por meio de créditos e incentivos, com finalidade de promover a ocupação do território e a integração regional. A agressiva devastação de recursos naturais da Amazônia nas décadas subsequentes determina o modelo insustentável ainda hegemônico na região.

Na segunda metade da década de 1980, com a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável pelo sistema Onusiano, o acirramento dos conflitos sociais, a questão indígena e, sobretudo, a repercussão da morte de Chico Mendes, o governo brasileiro redefine a sua política ambiental para a Amazônia, com o Programa 'Nossa Natureza' e a criação do Ibama, contudo, manifesta a incapacidade de lidar com as externalidades da crise ecológica. Este conjunto de

agendas reflete o impacto da mundialização da questão ambiental e as implicações sobre a geopolítica amazônica, reverberando na opinião pública internacional e nas pressões dos governos e instituições que preconizavam formas de adequação da periferia florestal ao processo de governança ambiental global.

A quinta e última parte do livro aborda a transição para o terceiro milênio, a partir do novo significado da soberania e realinhamento dos múltiplos atores no sistema internacional, sobretudo dos Estados Nacionais e das políticas domésticas de conciliar o crescimento da economia com a conservação da biosfera e dos serviços ambientais, na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento. A Amazônia joga um papel relevante no contexto continental e global. A rigor, a compressão tempo-espço impulsiona e reconfigura a globalização, num movimento incessante de apropriação dos bens públicos, territórios e saberes.

Em suma, o esforço de síntese e exímia taquigrafia da geopolítica amazônica, recuperando a lógica do empreendimento colonial, colocam este livro do Prof. Nelson Ribeiro como referência emblemática para a compreensão dos desafios pretéritos e futuros da maior fronteira de recursos naturais do planeta na geopolítica mundial contemporânea.